

Fernanda Araújo Kallás e Caetano

# As Imunidades dos Sujeitos de **Direito Internacional**

Análise dos novos limites propostos  
pelo processo de relativização

Francisco Rezek  
*Prefácio*

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2017

MACF  
341.103  
C 1281

STJ00118102

Copyright © 2017 by Fernanda Araújo Kallás e Caetano

Categoria: Relações internacionais

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini  
Revisão Ortográfica: Agnes Priscila Martins de Moraes  
Ruth Geisiane Alves da Silva

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

11111111

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

Caetano, Fernanda Araújo Kallás e

As Imunidades dos Sujeitos de Direito Internacional: Análise dos  
novos limites propostos pelo processo de relativização. / Fernanda Araújo  
Kallás e Caetano.- 1. ed.- Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2017.

288p.; 23cm.

Bibliografia: p. 255-270.

ISBN: 978-85-519-0004-8

1. Direito Internacional Público. 2. Imunidades do Estado - Imunidades  
Diplomáticas - Crimes Internacionais. 3. Imunidade - Direitos Humanos -  
Categorias Incontestáveis. 4. Relativização da Imunidade. I. Título.

CDD - 341.173

CDD - 341.183

# Sumário

Agradecimentos.....	VII
Lista de Abreviaturas e Siglas.....	XVII
Prefácio .....	1
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2. O BENEFÍCIO DA IMUNIDADE .....</b>	<b>11</b>
<b>2.1 Titulares da Imunidade .....</b>	<b>11</b>
<b>2.1.1 Titulares Incontestáveis do Benefício da Imunidade .....</b>	<b>11</b>
2.1.1.1 Os Estados.....	12
2.1.1.2 As Organizações Internacionais.....	15
<b>2.1.2 Titulares Contestáveis do Benefício da Imunidade .....</b>	<b>20</b>
<b>2.2 Beneficiários da Imunidade .....</b>	<b>21</b>
<b>2.2.1 Categorias de Beneficiários .....</b>	<b>22</b>
2.2.1.1 Categorias Incontestáveis de Beneficiários.....	22
2.2.1.1.1 Os Dirigentes.....	22
2.2.1.1.2 Os Representantes .....	25
2.2.1.2 Categorias Contestáveis de Beneficiários.....	27
2.2.1.2.1 Demais Agentes Estatais .....	28
2.2.1.2.2 Entidades Federadas.....	29
2.2.1.2.3 Organizações que Agem em Nome do Estado .....	31
<b>2.2.2 Circunstâncias do Benefício .....</b>	<b>32</b>
2.2.2.1 “Ratione Personae” .....	33
2.2.2.1.1 Sobre as Circunstâncias da Visita do Beneficiário .....	33
2.2.2.1.2 Sobre a Extensão do Benefícioaos Familiares do Agente .....	34

2.2.2.2 “ <i>Ratione Materiae</i> ” .....	35
2.2.2.2.1 Imunidade em Matéria Penal e Inviolabilidade do Beneficiário .....	36
2.2.2.2.2 Imunidade em Matéria Civil.....	39
2.2.2.2.3 Imunidade em Matéria Tributária .....	40
2.2.2.3 “ <i>Ratione Temporis</i> ” .....	42
<b>2.3 Renúncia ao Benefício.....</b>	<b>45</b>
<b>2.3.1 Renúncia à Imunidade de Jurisdição .....</b>	<b>45</b>
2.3.1.1 Renúncia Expressa à Imunidade de Jurisdição .....	45
2.3.1.1.1 Sobre a Possibilidade de Renúncia Expressa à Imunidade de Jurisdição do Próprio Estado .....	45
2.3.1.1.2 Procedimento para a Renúncia Expressa à Imunidade de Jurisdição dos Titulares e dos Beneficiários .....	48
2.3.1.2 Hipóteses de Renúncia Tácita à Imunidade de Jurisdição.....	51
2.3.1.2.1 Introdução da Demanda .....	51
2.3.1.2.2 Contestação .....	54
2.3.1.2.3 Cláusula Compromissória Arbitral .....	61
2.3.1.2.4 Celebração de Contrato ou de Tratado .....	63
<b>2.3.2 Renúncia à Imunidade de Execução .....</b>	<b>64</b>
2.3.2.1 Exigências Vinculadas à Renúncia da Imunidade de Execução.....	65
2.3.2.1.1 Necessidade de Consentimento Expresso .....	65
2.3.2.1.2 Necessidade de um Consentimento Específico .....	69
2.3.2.2 Sobre os Efeitos da Renúncia à Imunidade de Execução do Próprio Estado .....	73

<b>3. REEXAME DOS LIMITES CLÁSSICOS DO BENEFÍCIO DA IMUNIDADE .....</b>	<b>75</b>
<b>3.1 Limites da Imunidade de Jurisdição .....</b>	<b>75</b>
<b>3.1.1 Limites da Imunidade de Jurisdição dos Titulares da Imunidade.....</b>	<b>75</b>
3.1.1.1 Limites da Imunidade de Jurisdição dos Estados Estrangeiros.....	75
3.1.1.1.1 Contratos de Trabalho .....	80
3.1.1.1.2 Transações Comerciais .....	85
3.1.1.1.3 Causas Imobiliárias, Inventário e Propriedade Intelectual.....	90
3.1.1.1.4 Responsabilidade Civil.....	93
3.1.1.2 Limites da Imunidade de Jurisdição das Organizações Internacionais .....	95
3.1.1.2.1 A Aplicação Analógica da Imunidade dos Estados.....	98
3.1.1.2.2 Imunidade Funcional Restrita.....	101
3.1.1.2.3 Imunidade Estatal Adaptada à Necessidade Funcional ...	106
<b>3.1.2 Limites da Imunidade de Jurisdição dos Beneficiários da Imunidade .....</b>	<b>108</b>
3.1.2.1 Limites da Jurisdição Penal.....	108
3.1.2.2 Limites da Jurisdição Civil.....	110
3.1.2.3 Limites da Jurisdição Tributária.....	111
3.1.2.4 Limites da Jurisdição Administrativa.....	113
<b>3.2 Limites da Imunidade de Execução.....</b>	<b>114</b>
<b>3.2.1 Limites da Imunidade de Execução dos Estados .....</b>	<b>114</b>
3.2.1.1 Limites da Imunidade de Execução à Luz das Convenções de Viena de 1961 e 1963.....	115
3.2.1.1.1 Sobre a Possibilidade de Execução dos Bens Estranhos à Atividade Diplomática e Consular .....	115
3.2.1.1.2 Sobre a Extensão do Benefício da Imunidade a Bens não Gravados de Inviolabilidade pelas Convenções de Viena de 1961 e 1963 .....	118

3.2.1.2	<i>Limites da Imunidade de execução à Luz da Convenção das Nações Unidas sobre Imunidades Jurisdicionais do Estado de 2004</i> .....	120
3.2.1.2.1	Extensão do Privilégio da Inviolabilidade aos Demais Bens Estatais de Caráter Público não Comercial.....	121
3.2.1.2.2	Exigência de Vinculação do Bem a ser Executado com a Entidade Contra a Qual o Processo Judicial foi Instaurado.....	125
3.2.2	<i>Limites da Imunidade de Execução das Organizações Internacionais</i> .....	127
4.	<b>RELATIVIZAÇÃO DAS IMUNIDADES DOS AGENTES ESTATAIS EM FUNÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME INTERNACIONAL</b> .....	131
4.1	<b>Limites da Imunidade dos Agentes do Estado na Jurisdição Penal Estatal</b> .....	132
4.1.1	<i>A Competência Universal como Base para o Julgamento por Tribunais Internos de Crimes Praticados no Exterior</i> .....	132
4.1.2	<i>O Processamento do Crime Internacional no Tempo e os Seus Efeitos Sobre o Direito das Imunidades</i> .....	141
4.1.2.1	<i>Arguição da Prática de Crime Internacional por Ex-Agente e a Relativização da Imunidade Ratione Materiae</i> .....	141
4.1.2.2	<i>Arguição da Prática de Crime Internacional por um Agente em Exercício e a Manutenção da Imunidade “Ratione Personae”</i> .....	144
4.2	<b>Limites da Imunidade dos Agentes do Estado na Jurisdição Penal Internacional</b> .....	152
4.2.1	<i>Imunidade nos Tribunais Internacionais “ad hoc”</i> .....	152
4.2.2	<i>Imunidade no Tribunal Penal Internacional</i> .....	156

<b>5. RELATIVIZAÇÃO DA IMUNIDADE DO ESTADO E DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL EM FUNÇÃO DA PRÁTICA DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS .....</b>	<b>169</b>
<b>5.1 Crítica aos Fundamentos Utilizados para a Relativização da Regra das Imunidades em Nome da Proteção Internacional dos Direitos Humanos .....</b>	<b>170</b>
<b>5.1.1 Inexistência de uma Exceção Convencional à Regra da Imunidade.....</b>	<b>170</b>
<b>5.1.2 Ausência de Prática Universal Reiterada Suficiente para que a Exceção se Consolide como Norma Costumeira.....</b>	<b>172</b>
<b>5.1.2.1 Prática dos Tribunais Norte-Americanos.....</b>	<b>173</b>
5.1.2.1.1 Relativização da Imunidade Baseada no Foreign Sovereign Immunity Act .....	174
5.1.2.1.2 Relativização da Imunidade do Estado Qualificado como Terrorista .....	178
5.1.2.2 Prática dos Tribunais Gregos .....	181
5.1.2.3 Prática dos tribunais Italianos .....	184
5.1.2.3.1 O Caso Ferrini.....	185
5.1.2.3.2 Demais Ações Inspiradas no Caso Ferrini .....	187
5.1.2.3.3 O Desfecho das Ações Italianas Frente à Corte Internacional de Justiça .....	188
5.1.2.4 Prática de Outras Jurisdições Estatais Estrangeiras .....	192
5.1.2.5 Prática dos Tribunais Brasileiros .....	196
<b>5.1.3 Impropriedade da Invocação do “Jus Cogens” como Limitador do Direito de Imunidade .....</b>	<b>200</b>
<b>5.2 Possibilidade de Relativização da Imunidade como Forma de Garantir o Direito de Acesso à Justiça.....</b>	<b>206</b>
<b>5.2.1 Efeitos da Inexistência de Vias Alternativas para a Solução de Controvérsias.....</b>	<b>210</b>

5.2.1.1	<i>Relativização da Imunidade do Estado na Falta de Vias Alternativas para a Solução de Controvérsias</i> .....	211
5.2.1.1.1	Relativização da Imunidade de Jurisdição do Estado na Falta de Vias Alternativas para a Solução das Controvérsias .....	211
5.2.1.1.2	Relativização da Imunidade de Execução do Estado na Falta de Vias Alternativas para a Execução das Sentenças .....	216
5.2.1.2	<i>Relativização da Imunidade das Organizações Internacionais das Quais o Estado do Foro não é Membro na Falta de Vias Alternativas para a Solução das Controvérsias</i> .....	219
5.2.1.2.1	Relativização da Imunidade de Jurisdição das Organizações Internacionais das quais o Estado do Foro Não é Membro na Falta de Vias Alternativas Efetivas para a Solução das Controvérsias .....	219
5.2.1.2.2	Relativização da Imunidade de Execução das Organizações Internacionais das quais que o Estado do Foro Não é Membro na Falta de Vias Alternativas Efetivas para Execução das Sentenças .....	226
5.2.1.3	<i>Manutenção das Imunidades das Organizações Internacionais das quais o Estado do Foro é Membro na Falta de Vias Alternativas para a Solução de Controvérsias</i> .....	228
5.2.1.4	<i>Ônus Suportado pelo Estado do Foro pela Manutenção das Imunidades das Organizações Internacionais das quais é Membro na Falta de Vias Alternativas para a Solução de Controvérsias</i> .....	233
5.2.2	<b><i>Crítica à Relativização da Imunidade Quando a Jurisdição Adequada não Reconheça o Direito do Autor da Demanda</i></b> .....	240
	Considerações Finais .....	247
	Referências .....	255